

**Concessionária das Rodovias  
Ayrton Senna e Carvalho  
Pinto S.A. - Ecopistas**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve a natureza, o estágio e as potenciais consequências acerca de determinados inquéritos que se encontram em andamento.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, os quais determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego da rodovia. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visaram confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio e incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia; (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes; e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

### b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas em contrato.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas e julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou estarem indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt  
Contador  
CRC nº 1 SP 276957/O-4

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	95.431	80.437	Fornecedores		5.113	3.855
Aplicações financeiras	7	8.357	-	Empréstimos e financiamentos	14	34.920	34.888
Aplicações financeiras - conta reserva	8	38.968	57.577	Debêntures	15	113.351	92.285
Clientes	9	17.017	15.805	Arrendamentos a pagar	16	255	-
Tributos a recuperar		455	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.407	3.494
Despesas antecipadas		849	660	Obrigações sociais e trabalhistas		2.724	3.519
Partes relacionadas	17	92	21	Partes relacionadas	17	2.543	2.829
Outros créditos		864	376	Obrigações com Poder Concedente	20	460	445
Total do ativo circulante		<u>162.033</u>	<u>154.876</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.c)	7.994	6.551
				Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar		6.840	10.455
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Provisão para manutenção	18	27.670	9.601
Tributos diferidos	13.a)	2.947	-	Provisão para construção de obras futuras	19	6.681	6.681
Depósitos judiciais	10	26.638	26.428	Outras contas a pagar		390	541
Imobilizado	11	10.014	8.006	Total do passivo circulante		<u>212.348</u>	<u>175.144</u>
Intangível	12	1.430.076	1.424.285	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Total do ativo não circulante		<u>1.469.675</u>	<u>1.458.719</u>	Empréstimos e financiamentos	14	52.673	85.301
				Debêntures	15	568.307	586.350
				Arrendamentos a pagar	16	79	-
				Partes relacionadas	17	151.043	142.317
				Tributos diferidos	13.a)	-	13.663
				Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	21	5.201	3.027
				Provisão para manutenção	18	47.829	19.890
				Outras contas a pagar		4.219	5.993
				Total do passivo não circulante		<u>829.351</u>	<u>856.541</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	22.a)	496.455	496.455
				Reserva de lucros - legal	22.b)	10.663	9.085
				Reserva de lucros - orçamento de capital	22.c)	82.405	75.884
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		486	486
				Total do patrimônio líquido		<u>590.009</u>	<u>581.910</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.631.708</u>	<u>1.613.595</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.631.708</u>	<u>1.613.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	23	343.687	335.392
Custo dos serviços prestados	24	(196.025)	(176.045)
LUCRO BRUTO		<u>147.662</u>	<u>159.347</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	24	(19.002)	(19.004)
Outras receitas (despesas), líquidas		324	(3)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>128.984</u>	<u>140.340</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	25	7.757	12.559
Despesas financeiras	25	(91.797)	(96.146)
		<u>(84.040)</u>	<u>(83.587)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>44.944</u>	<u>56.753</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	13.b)	(29.998)	(15.164)
Diferidos	13.b)	<u>16.610</u>	<u>(2.358)</u>
		<u>(13.388)</u>	<u>(17.522)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>31.556</u>	<u>39.231</u>
LUCRO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,06</u>	<u>0,08</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.556	39.231
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>31.556</u>	<u>39.231</u>

ATRIBUÍVEL A:

Acionista controladores

Acionistas não controladores

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	
			Plano de opção com base em ações	Legal	Orçamento de Capital			Dividendos adicionais propostos
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		475.780	480	7.124	49.801	21.787	-	554.972
Aporte de Capital	22.a)	20.675	-	-	-	-	-	20.675
Capitalização de orçamento de capital	22.c)	-	-	-	(20.674)	-	-	(20.674)
Orçamento de capital	22.c)	-	-	-	24.970	-	(24.970)	-
Reclassificação orçamento de capital	22.c)	-	-	-	21.787	(21.787)	-	-
Opções outorgadas reconhecidas		-	6	-	-	-	-	6
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	39.231	39.231
Destinação do lucro:								
Reserva legal	22.b)	-	-	1.961	-	-	(1.961)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,02 por ação)	22.d)	-	-	-	-	-	(12.300)	(12.300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		496.455	486	9.085	75.884	-	-	581.910
Capitalização de orçamento de capital	22.c)	-	-	-	22.483	-	(22.483)	-
Orçamento de capital	22.c)	-	-	-	(15.962)	-	-	(15.962)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	31.556	31.556
Destinação do lucro:								
Reserva legal	22.b)	-	-	1.578	-	-	(1.578)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,01 por ação)	22.d)	-	-	-	-	-	(4.365)	(4.365)
Dividendos mínimo obrigatório (R\$0,01 por ação)	22.d)	-	-	-	-	-	(3.130)	(3.130)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		496.455	486	10.663	82.405	-	-	590.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	321.783	294.912
Com construção	37.150	53.231
Outras receitas	<u>13.804</u>	<u>13.972</u>
	<u>372.737</u>	<u>362.115</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(136.362)	(110.602)
Materiais, energia e serviços de terceiros	<u>(13.915)</u>	<u>(12.926)</u>
	<u>(150.277)</u>	<u>(123.528)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>222.460</u>	<u>238.587</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(37.607)	(46.655)
Outras	-	(22)
	<u>(37.607)</u>	<u>(46.655)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>184.853</u>	<u>191.910</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	7.757	12.559
Outras	304	-
	<u>8.061</u>	<u>12.559</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>192.914</u>	<u>204.469</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>192.914</u>	<u>204.469</u>
Pessoal	<u>25.511</u>	<u>23.066</u>
Remuneração direta	18.782	16.272
Benefícios	5.700	5.700
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.029	1.094
Impostos, taxas e contribuições	<u>42.420</u>	<u>44.183</u>
Federais	25.650	28.753
Municipais	16.770	15.430
Remuneração de capitais de terceiros	<u>93.427</u>	<u>98.118</u>
Juros	55.292	58.837
Aluguéis	1.631	1.381
Outros efeitos financeiros	36.504	37.900
Remuneração de capitais próprios	<u>31.556</u>	<u>39.102</u>
Juros sobre capital próprio pagos	4.365	12.300
Constituição reserva legal	1.578	1.832
Constituição de reserva - Orçamento de capital	22.483	24.970
Dividendos mínimo obrigatório	3.130	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	31.556	39.231
Ajustes para reconciliar o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	37.607	46.348
Perda/baixa do ativo imobilizado e do intangível	446	2.543
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	72.579	83.012
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	3.376	1.059
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	779	519
Provisão para manutenção e construção de obras futuras	51.682	12.411
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	7.627	2.857
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(2.648)	(3.663)
Tributos diferidos	(16.610)	2.358
Plano de opção com base em ações	-	6
Juros sobre contrato de mútuo	10.266	10.223
Juros capitalizados	(1.032)	(5.213)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(52)	(143)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	97	4
Obrigações com Poder Concedente	5.039	4.633
Provisão para imposto de renda e contribuição social	29.998	15.164
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.309)	486
Tributos a recuperar	(455)	17
Despesas antecipadas	(189)	(5)
Depósitos judiciais	(158)	(234)
Partes relacionadas - clientes	(71)	2
Outros créditos	(488)	1.088
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.258	(9.142)
Obrigações sociais e trabalhistas	(795)	(383)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(87)	(2.144)
Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	(1.981)	(1.359)
Outras contas a pagar	(1.925)	(243)
Partes relacionadas - fornecedores	(286)	(3.161)
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	(13.301)	(12.273)
Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	(5.024)	(4.600)
Imposto de renda e contribuição social	(28.555)	(10.084)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>177.344</u>	<u>169.314</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(4.618)	(2.758)
Aquisição de intangível	(39.762)	(52.938)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(44.380)</u>	<u>(55.696)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aplicações financeiras - conta reserva	21.257	3.589
Aplicações financeiras	(8.357)	-
Aporte de capital	-	20.675
Capitalização orçamento de capital	-	(20.674)
Partes relacionadas - mútuo	(1.540)	(1.533)
Captação de debêntures	50.000	-
Orçamento de capital	(15.962)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(11.110)	(10.919)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(80.848)	(78.805)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(71.410)	(58.093)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de financiamento	<u>(117.970)</u>	<u>(145.760)</u>
<b>REDUÇÃO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>14.994</u>	<u>(32.142)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80.437	112.579
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	95.431	80.437
<b>REDUÇÃO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>14.994</u>	<u>(32.142)</u>
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

### **Senhores Acionistas**

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. (“Ecopistas” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### **Mensagem da Administração**

Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo grupo Ecorodovias.

Atenta às necessidades operacionais e de segurança viária, a Ecopistas, concessionária que administra o corredor rodoviário Ayrton Senna/Carvalho Pinto, constituída em 27 de abril de 2009, atua com foco na qualidade e eficiência dos serviços prestados aos usuários, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo Grupo EcoRodovias.

Ao longo de mais de dez anos de administração, a concessionária alcançou resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacamos a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido do interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e garantiu mais fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacamos também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125).

Ainda, como referência no setor de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito em 2019 o 3º melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre Rodovias.

A companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecopistas agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros

### **PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

## RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 87.457 mil em 2019, aumento de 4,1% em relação a 2018. O tráfego de veículos leves apresentou crescimento de 4,9% influenciado pelas melhores condições climáticas para o turismo na região. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 2,2% devido, principalmente, à indução de tráfego após a isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos.

Em julho de 2019, foi aplicado o reajuste contratual de 4,7% pelo IPCA.

## RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

### RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$372,7 milhões em 2019, aumento de 2,9% em relação ao ano anterior, devido ao incremento da receita de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$29,1 milhões, 8,7% superior a 2018.

**Receita de Pedágio:** R\$321,8 milhões em 2019, aumento de 9,1%, devido ao crescimento do tráfego de veículos e ao reajuste das tarifas de pedágio;

**Receita Acessória:** R\$13,8 milhões em 2019, redução de 1,2%, em função da diminuição da receita com fibra ótica;

**Receita de Construção:** R\$37,2 milhões em 2019, redução de R\$16,0 milhões, devido à conclusão das obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto em 2018.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº23 da Demonstração Financeira da Companhia.

### RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$343,7 milhões em 2019. Excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma totalizou R\$306,6 milhões, aumento de 8,6% em relação a 2018.

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$215,0 milhões em 2019, aumento de 10,2% em relação a 2018. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$88,6 milhões, aumento de 6,7%. As principais variações foram:

**Pessoal:** R\$25,5 milhões em 2019, aumento de 10,6%, devido ao ajuste salarial de 3,9% em março/19 e ao incremento de reclamações trabalhistas.

**Conservação e Manutenção:** R\$8,5 milhões em 2019, aumento de R\$2,0 milhões, em função do incremento de serviços de limpeza manual e materiais de manutenção e conservação.

**Serviços de terceiros:** R\$38,4 milhões em 2019, redução de 1,5%, devido à diminuição das despesas com assessoria jurídica.

**Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$8,0 milhões em 2019, redução de 1,4%, em função da diminuição das despesas de locação de veículos leves.

**Outros:** R\$8,2 milhões em 2019, aumento de R\$1,7 milhão devido, principalmente, ao incremento de provisões para contingências cíveis.

**Depreciação e Amortização:** R\$37,6 milhões em 2019, redução de 18,9%, devido à extensão do prazo de amortização em função da expectativa de compensação dos desequilíbrios contratuais.

**Provisão para manutenção:** R\$51,7 milhões em 2019, aumento de R\$39,3 milhões, devido a adequação do cronograma de obras e ao incremento do custo CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) na apuração dos ciclos futuros de manutenção.

**Custo de construção de obras:** R\$37,2 milhões em 2019, redução de R\$16,0 milhões, em função da conclusão das obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto em 2018.

Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide nota explicativa nº 24 da Demonstração Financeira da Companhia.

### **EBITDA E MARGEM EBITDA**

Em 2019, o EBITDA totalizou R\$166,6 milhões. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$218,3 milhões, aumento 9,6% em relação a 2018 (margem EBITDA de 71,2%).

### **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$84,0 milhões, estável em relação ao ano anterior (R\$ 83,6 milhões).

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide nota explicativa nº 25 da Demonstração Financeira.

### **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

Em 2019, a Ecopistas apresentou lucro líquido de R\$31,6 milhões, redução de 19,6% em relação ao resultado de 2018.

### **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO**

A Ecopistas encerrou dezembro de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$142,8 milhões e dívida bruta, composta empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil), no valor de R\$769,6 milhões, sendo 80,7% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,5 milhão.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$626,8 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma em 2,9x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº14 e nº15 da Demonstração Financeira da Companhia.

### **CAPEX**

O *capex* realizado pela Companhia totalizou R\$58,7 milhões em 2019 referente, principalmente, às obras de manutenção e conservação de pavimento.

### **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri).

## **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$105,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

**A Administração**

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$50.315 (ativo circulante de R\$162.033 e passivo circulante de R\$212.348), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico na qual a Companhia atua ("moeda funcional").

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas

#### a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

#### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 25).

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou

quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

#### Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 12, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

#### c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

#### e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

g) Ativos e passivos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos comparativos.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

j) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

#### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o

ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

#### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,39% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 18 e nº 19.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

#### 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, houve alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) Arrendamentos, conforme descrito a seguir:

O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que

representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção do CPC 06 (R2) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos e financiamentos e debêntures se encontram descritos nas Nota Explicativas nº 14 e nº 15.

As contas patrimoniais não sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente em R\$440. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A Companhia apresenta a movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na nota explicativa nº 12 Intangível, e a movimentação do arrendamento a pagar na Nota Explicativa nº 16 Arrendamentos a Pagar.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	4.593	5.198
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	86.250	72.963
Aplicações automáticas (b)	<u>4.588</u>	<u>2.276</u>
	<u>95.431</u>	<u>80.437</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,21% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,0% em 31 de dezembro de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Recursos não vinculados		-
	<u>8.357</u>	
	<u>8.357</u>	<u>-</u>

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de investimento	38.968	57.577
	<u>38.968</u>	<u>57.577</u>
Circulante	38.968	57.577

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 96,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (97,6% em 31 de dezembro de 2018) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

9. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	15.896	14.724
Receitas acessórias (b)	861	1.216
Outras contas a receber	492	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(232)	(135)
	<u>17.017</u>	<u>15.805</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

(c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	15.804	15.177
Vencidos:		
Até 30 dias	974	621
De 31 a 90 dias	235	7
De 90 a 120 dias	4	-

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Acima de 120 dias	232	135
	<u>17.249</u>	<u>15.940</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	135	131
Valores recuperados e baixados	-	(31)
Constituição de PECLD	97	35
Saldo no fim do exercício	<u>232</u>	<u>135</u>

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cível	144	190
Tributário	362	319
Trabalhista	2.413	2.201
Desapropriações	23.719	23.718
	<u>26.638</u>	<u>26.428</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente e no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	26.428	26.051
Adições	539	862
Baixas	(381)	(628)
Atualização monetária	52	143
Saldo no fim do exercício	<u>26.638</u>	<u>26.428</u>

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	25	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	3,5	9,2	9,3	34,7	-
<b>CUSTO</b>					
Saldos em 31/12/2018	55.216	2.615	1.823	421	60.075
Adições	3.697	854	67	-	4.618
Saldos em 31/12/2019	58.913	3.469	1.890	421	64.693
<b>DEPRECIACÃO</b>					
Saldos em 31/12/2018	(49.716)	(970)	(1.161)	(222)	(52.069)
Adições	(2.013)	(279)	(172)	(146)	(2.610)
Saldos em 31/12/2019	(51.729)	(1.249)	(1.333)	(368)	(54.679)
<b>RESIDUAL</b>					
Em 31/12/2019	7.184	2.220	557	53	10.014
Em 31/12/2018	5.500	1.645	662	199	8.006

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	20	
Taxa média ponderada de depreciação - %	6,2	10,5	10,1	26,1	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2017	52.893	2.279	1.724	421	57.317
Adições	2.323	336	99	-	2.758
Saldos em 31/12/2018	55.216	2.615	1.823	421	60.075
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2017	(46.362)	(713)	(982)	(112)	(48.169)
Adições	(3.354)	(257)	(179)	(110)	(3.900)
Saldos em 31/12/2018	(49.716)	(970)	(1.161)	(222)	(52.069)
RESIDUAL					
Em 31/12/2018	5.500	1.645	662	199	8.006
Em 31/12/2017	6.531	1.566	742	309	9.148

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	11,6	-	-
<b>CUSTO</b>					
Saldos em 31/12/2018	1.654.066	13.151	2.506	-	1.669.723
Adições	29.701	10.646	447	-	40.794
Baixas	(431)	(15)	-	-	(446)
Transferências	11.006	(11.006)	-	-	-
Direito de uso CPC 06 (R2)	-	-	-	440	440
Saldos em 31/12/2019	1.694.342	12.776	2.953	440	1.710.511
<b>AMORTIZAÇÃO</b>					
Saldos em 31/12/2018	(243.806)	-	(1.632)	-	(245.438)
Adições	(34.459)	-	(318)	(220)	(34.997)
Saldos em 31/12/2019	(278.265)	-	(1.950)	(220)	(280.435)
<b>RESIDUAL</b>					
Em 31/12/2019	1.410.077	12.776	1.003	220	1.430.076
Em 31/12/2018	1.410.260	13.151	874	-	1.424.285

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contrato de concessão	Intangível em andamento	Softwares de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	10,1	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2017	1.432.322	179.672	2.121	-	1.614.115
Adições	13.838	43.928	385	-	58.151
Baixas	(2.543)	-	-	-	(2.543)
Transferências	210.449	(210.449)	-	-	-
Direito de uso CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	1.654.066	13.151	2.506	-	1.669.723
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2017	(201.625)	-	(1.365)	-	(202.990)
Adições	(42.181)	-	(267)	-	(42.448)
Saldos em 31/12/2018	(243.806)	-	(1.632)	-	(245.438)
RESIDUAL					
Em 31/12/2018	1.410.260	13.151	874	-	1.424.285
Em 31/12/2017	1.230.697	179.672	756	-	1.411.125

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: recuperação de pavimento, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2019 foram 2,39% a.a. (2,56% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referem-se a: recuperação de obras de artes e especiais, drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e recuperação de passivos ambientais e condicionantes ambientais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados R\$1.032 referentes a encargos financeiros (R\$5.213 em 31 de dezembro de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de 2,10%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 13,42%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não identificou fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Os principais fatores externos compreendem, substancialmente histórico e projeção de PIB, correlação das projeções de tráfego com PIB e histórico de geração de caixa e lucratividade da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	31/12/2019
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.029	603	-	1.632	603
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	149	83	(231)	1	(148)
AVP ônus Concessão	1	30	-	31	30
Provisão para manutenção	10.027	20.070	(4.522)	25.575	15.548
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	1.447	-	(280)	1.167	(280)
Juros capitalizados	(22.625)	-	1.103	(21.522)	1.103
Outros	(3.691)	(351)	105	(3.937)	(246)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(13.663)	20.435	(3.825)	2.947	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					16.610

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$2.947 no ativo não circulante.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2019	-	-	-	-	651	651
2020	4.477	-	4.477	-	651	651
2021	4.477	-	4.477	-	349	349
2022	4.019	-	4.019	-	350	350
2023	4.018	-	4.018	-	349	349
Posteriores a 2023	(14.044)	-	(14.044)	-	(16.013)	(16.013)
	2.947	-	2.947	-	(13.663)	(13.663)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	44.944	56.753
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(15.281)	(19.296)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(124)	-
Juros sobre o capital próprio	1.484	4.182
Despesas indedutíveis	(3)	(3)
Incentivos fiscais (PAT)	518	196
Outros	18	(2.601)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13.388)	(17.522)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.998)	(15.164)
Impostos diferidos	16.610	(2.358)
Taxa efetiva	29,8%	30,9%

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	6.551	1.471
Despesa IR/CS DRE	29.998	15.164
Total de IR/CS pagos	<u>(28.555)</u>	<u>(10.084)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>7.994</u>	<u>6.551</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Em moeda nacional:				
Finem	01/07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	23.255	27.390
Finem	01/06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	<u>64.338</u>	<u>92.799</u>
			<u>87.593</u>	<u>120.189</u>
Circulante			34.920	34.888
Não circulante			52.673	85.301

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	120.189	151.609
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	10.168	13.781
Pagamento principal	(33.849)	(33.512)
Pagamento de juros	<u>(8.915)</u>	<u>(11.689)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>87.593</u>	<u>120.189</u>

Garantia Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.

	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Índices financeiros		
(i) PL/passivo total	≥ 20%	36,16%
(ii) ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20	1,30
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	2,91

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	33.738
2021	22.734	22.512
2022	11.646	11.453
2023	10.128	9.943
Posteriores a 2024	8.165	7.655
	<u>52.673</u>	<u>85.301</u>

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	83.537	114 mensais
b	85.528	85.528	69.109	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	17.684	114 mensais
e	21.769	21.769	10.884	8 anuais
j	11.281	11.281	4.750	114 mensais
k	22.438	22.438	9.447	114 mensais
l	9.169	9.169	3.668	10 anuais
Total	<u>277.384</u>	<u>277.384</u>	<u>199.079</u>	

Ficam suprimidos os subcréditos "f", "g", "h" e "i" e reduzido o valor de crédito do subcrédito "k", de R\$29.846 para R\$22.438.

## 15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão	01/2023	IPCA+8,25%a.a.	343.359	407.561
2ª Emissão Privada	04/2026	105,0/105,5% CDI	338.299	271.074
			<u>681.658</u>	<u>678.635</u>
Circulante			113.351	92.285
Não circulante			568.307	586.350

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	678.635	701.101
Adições	50.000	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	61.790	69.231
Pagamento principal	(46.893)	(45.293)
Pagamento de juros	(61.874)	(46.404)
Saldo no fim do exercício	<u>681.658</u>	<u>678.635</u>

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022.

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

Em 14 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100.000 referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70.000 referentes a segunda série, R\$40.000 referentes a terceira série e R\$40.000 referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 18 de dezembro de 2019, houve a captação de R\$50.000 referentes a quinta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(65)	(65)
2020	-	-	-	94.639	(1.319)	93.320
2021	127.388	(850)	126.538	122.913	(915)	121.998
2022	86.217	(203)	86.014	83.189	(268)	82.921
2023	17.456	-	17.456	16.843	(66)	16.777
2024 a 2026	338.656	(357)	338.299	271.497	(98)	271.399
	<u>569.717</u>	<u>(1.410)</u>	<u>568.307</u>	<u>589.081</u>	<u>(2.731)</u>	<u>586.350</u>

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1ª emissão	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	36,16%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	2,29
	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	2,87
	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	<4,0x	3,56

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,56% a.a.
2ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,74% a.a.
3ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,69% a.a.
4ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,59% a.a.
1ª série - 2ª emissão	14/07/2017	100.000	(171)	99.829	105,0% CDI	5,30% a.a.
2ª série - 2ª emissão	14/12/2017	70.000	(120)	69.880	105,5% CDI	5,12% a.a.
3ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	5,11% a.a.
4ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	5,09% a.a.
5ª série - 2ª emissão	18/12/2019	50.000	(86)	49.914	105,5% CDI	4,62% a.a.
		<u>670.000</u>	<u>(13.535)</u>	<u>656.465</u>		

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

16. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2019</u>
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>334</u>
Circulante	255
Não circulante	79

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>
Adoção inicial CPC-06 (vide Nota Explicativa nº 5)	440
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	621
Pagamento principal	(106)
Pagamento de juros	(621)
Saldo no fim do exercício	<u>334</u>

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante - intangível	Circulante	Não circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	2.067	-	17.523	8.900
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	151.043	-	10.266
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	-	-	330	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(c)	Outras partes relacionadas	92	-	72	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	72	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	442	2	-	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	8.089	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019		92	8.531	2.543	151.043	17.523	19.166
Total em 31 de dezembro de 2018		21	12.067	2.829	142.317	18.083	19.608

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$26.423 O saldo em aberto de R\$2.067 em 31 de dezembro de 2019 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. O mútuo será atualizado por 100% do CDI + 1,20% a.a. e seu vencimento final é 31 de março de 2025. Em 31 de dezembro de 2019, há um saldo em aberto de R\$151.043 (R\$142.317 em 31 de dezembro de 2018).
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$17.888. O prazo para execução desses trabalhos é 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, há um saldo em aberto de R\$3 (R\$733 em 31 de dezembro de 2018)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2019 em R\$1.942 (R\$1.743 em 31 de dezembro de 2018).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.197	997
Plano de opção com base em ações	-	6
Remun. baseada em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	181	115
Seguro de vida	3	2
Assistência saúde	67	95
Previdência privada	55	55
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	238	210
	<u>1.741</u>	<u>1.480</u>

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 8,39% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	67.382	67.257	-	-	134.639
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(19.875)	(15.575)	-	-	(35.450)
Realização da manutenção	(29.969)	-	(13.301)	-	(43.270)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	11.953	-	-	7.627	19.580
	<u>29.491</u>	<u>51.682</u>	<u>(13.301)</u>	<u>7.627</u>	<u>75.499</u>
Circulante	9.601				27.670
Não circulante	19.890				47.829

  

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	48.770	18.612	-	-	67.382
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(13.674)	(6.201)	-	-	(19.875)
Realização da manutenção	(17.696)	-	(12.273)	-	(29.969)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	9.096	-	-	2.857	11.953
	<u>26.496</u>	<u>12.411</u>	<u>(12.273)</u>	<u>2.857</u>	<u>29.491</u>
Circulante	9.517				9.601
Não circulante	16.979				19.890

#### 19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 10,73% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos em 2009, ano da constituição da provisão.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	13.169
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Realização da construção	(6.489)	-	(6.489)
Ajuste a valor presente – realizações	3.971	-	3.971
	<u>6.681</u>	-	<u>6.681</u>
Circulante	6.681		6.681

	31/12/2017	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	13.169
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Realização da construção	(6.489)	-	(6.489)
Ajuste a valor presente – realizações	3.971	-	3.971
	<u>6.681</u>	-	<u>6.681</u>
Circulante	6.681		6.681

20. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas variáveis	<u>460</u>	<u>445</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	445	412
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	5.039	4.633
Pagamento do principal	(5.024)	(4.600)
Saldo no final do exercício	<u>460</u>	<u>445</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Previsão de 2019 ao fim da concessão	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	53.712	78.657
Conservação especial (manutenção)	559.976	428.813
Equipamentos	240.588	231.126
	<u>854.276</u>	<u>738.596</u>

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Companhia, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Companhia. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram desta decisão em 11 de maio de 2018, estamos no aguardo do julgamento deste recurso na 2ª Instância.

## 21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

### Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.249	1.778	3.027
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.517	1.859	3.376
(-) Pagamentos	(651)	(1.330)	(1.981)
(+) Atualização monetária	389	390	779
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>2.504</u>	<u>2.697</u>	<u>5.201</u>
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	954	1.854	2.808
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	706	353	1.059
(-) Pagamentos	(665)	(694)	(1.359)
(+) Atualização monetária	254	265	519
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.249</u>	<u>1.778</u>	<u>3.027</u>

### a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$53.432 em 31 de dezembro de 2019 (R\$29.649 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2019, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$4.446 (R\$5.161 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

c) Processos tributários

Em 31 de Dezembro de 2019, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$399 (R\$192 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$496.455, representado por 496.454.987 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$10.663 (R\$9.085 em 31 de dezembro de 2018).

c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2019 é de R\$82.405 (R\$75.830 em 31 de dezembro de 2018).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$11.110, refere-se a: R\$10.455 juros sobre o capital próprios remanescentes do exercício de 2018,

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

aprovados na Assembleia Geral Ordinária e R\$655 de IRRF sobre juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (dos R\$4.365 contabilizados), remanescendo um saldo de R\$3.710, foram constituídos R\$3.130 de dividendos mínimo obrigatório, calculados conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	31.556	27.728
Reserva legal (5%)	(1.578)	(1.386)
Base de cálculo dos dividendos	<u>29.978</u>	<u>26.342</u>
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	4.365	4.365
Orçamento de capital	22.483	19.756
Dividendos mínimo obrigatório	3.130	2.221

### 23. RECEITA LÍQUIDA

#### Política contábil

##### Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	129.312	120.302
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	183.568	166.894
Vale-pedágio	8.903	7.716
	<u>321.783</u>	<u>294.912</u>
Receita de construção (b)	37.151	53.231
Receitas acessórias (c)	13.804	13.972
	<u>372.738</u>	<u>362.115</u>
Deduções de receita bruta	(29.051)	(26.723)
Receita líquida	<u>343.687</u>	<u>335.392</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	321.783	294.912
Receitas acessórias	13.804	13.972
	<u>335.587</u>	<u>308.884</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(10.068)	(9.267)
PIS (0,65%)	(2.181)	(2.008)
ISS (2% a 5%)	(16.781)	(15.429)
Abatimentos	(21)	(19)
	<u>(29.051)</u>	<u>(26.723)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	25.511	23.066
Conservação e manutenção	8.532	6.470
Serviços de terceiros (*)	38.393	38.962
Seguros	1.305	1.346
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	5.039	4.633
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	51.682	12.411
Custo de construção de obras	37.151	53.231
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 11 e 12)	37.607	46.348
Locação de imóveis e máquinas	1.631	2.107
Outros custos e despesas operacionais	8.176	6.475
	<u>215.027</u>	<u>195.049</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	196.025	176.045
Despesas gerais e administrativas	19.002	19.004
	<u>215.027</u>	<u>195.049</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	6.730	8.024
Variação monetária sobre créditos fiscais	52	144
Variação monetária sobre debêntures	944	3.881
Outras	31	510
	<u>7.757</u>	<u>12.559</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(30.173)	(34.285)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.993)	(11.947)
Juros sobre debêntures privadas	(17.159)	(17.226)
Variação monetária sobre debêntures	(13.934)	(19.397)
Amortização de custos das debêntures	(1.468)	(2.204)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.175)	(1.834)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Vide Nota Explicativa nº 18)	(7.627)	(2.857)
Juros capitalizados	1.032	5.213
Juros sobre contrato de mútuo	(10.266)	(10.223)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(621)	-
Outros	(1.413)	(1.386)
	<u>(91.797)</u>	<u>(96.146)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(84.040)</u>	<u>(83.587)</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	31.556	39.231
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	496.455	476.348
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,06</u>	<u>0,08</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter com suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

##### Índices de endividamento

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dívida (a)	770.045	799.269
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(134.399)	(138.014)
Dívida líquida	<u>635.646</u>	<u>661.255</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>590.009</u>	<u>581.910</u>
Índice de endividamento líquido	1,08	1,14

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

##### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 97,6% do CDI em 31 de dezembro de 2019, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2018).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	4.593	4.593
Clientes (i)	Custo amortizado	17.017	17.017
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	138.163	138.163
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	5.113	5.113
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	87.593	87.593
Debêntures (iii)	Custo amortizado	681.658	681.658
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	334	334
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	460	460

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada

e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$11.942 (R\$12.032 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	138.931	147.103	97.076	19.281
Debêntures Privadas	105,00% CDI	23.252	5.677	5.939	116.275
Debêntures Privadas	105,50% CDI	31.053	10.695	11.190	238.338
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	6.915	6.482	6.046	8.619
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	32.990	19.783	7.884	11.726
		<u>233.141</u>	<u>189.740</u>	<u>128.135</u>	<u>394.239</u>

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	3.265	4.081	4.897
Debêntures (a)	Alta do CDI	(54.305)	(58.207)	(62.110)
Debêntures (b)	Alta do IPCA	(40.238)	(40.865)	(41.496)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(4.216)	(6.166)	(8.461)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(2.610)	(3.262)	(3.914)
Juros a incorrer, líquidos		(98.104)	(104.419)	(111.084)

(\*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	4,4%	5,5%	6,6%
IPCA (b)	4,2%	5,3%	6,3%
TJLP (c)	6,0%	7,5%	9,0%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2019

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

## 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 20 de junho de 2018 o Grupo Ecorodovias recebeu o ofício nº 1460/2018, emitido pela 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social do Estado de São Paulo, noticiando a instauração do Inquérito Civil nº 14.0695.000489/2018-2 e solicitando informações sobre a contratação da empresa terceira nos anos de 2009 e 2010, os serviços prestados por ela e os termos destas contratações e aprovações internas.

Este inquérito foi instaurado a partir do conteúdo de reportagem extraída de blog publicado no jornal "O Estado de S. Paulo" em 14 de maio de 2018. A notícia aponta que estariam em poder da equipe de trabalho do Ministério Público Federal do PR planilhas em que a fornecedora, controlada por ex-assessor do DER/SP, teria recebido repasses, entre 2009 e 2010, no valor de R\$ 3.200 das concessionárias Ecovia e Ecocataratas.

Em 06 de agosto de 2018 a controladora indireta Ecorodovias prestou os esclarecimentos requisitados no ofício, encaminhou cópias dos contratos em questão, bem como elucidou os objetos contratados e as aprovações internas.

No decorrer do acompanhamento do referido Inquérito Civil, os Promotores de Justiça responsáveis entenderam que havia razão para que dois outros inquéritos civis também fossem considerados nas investigações originais, quais sejam, os inquéritos nº 43.0695.0001071/2014-9 e 14.0615.0000295/2018-8, o que se deu apenas em razão de tratarem de temas relacionados às concessões rodoviárias do Estado de São Paulo. Importante destacar que o Grupo Ecorodovias ou qualquer das suas Concessionárias não são partes nem objeto de investigação por parte do MPE/SP nesses dois inquéritos acima mencionados. Os inquéritos são sigilosos, razão pela qual a Companhia não possui cópias de seus conteúdos, mas apenas os termos das Portarias inaugurais.

Segundo os assessores jurídicos externos contratados para representar o Grupo neste inquérito, caso reste provada a prática de ilicitudes e irregularidades investigadas, as empresas poderão ser acionadas judicialmente pelo MPE/SP, com sanções aplicáveis às pessoas jurídicas. Nas esferas cível e administrativa, dentre as sanções, há a potencial aplicação da Lei de Improbidade Administrativa que prevê: i) ressarcimento integral do dano; ii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, pelo prazo de 10 anos (por atos que geram enriquecimento ilícito), 05 anos (por atos que causem prejuízo ao erário) e 03 anos (por atos que atentem contra os princípios da administração); iii) pagamento de multa civil a depender da hipótese de imputação, que pode ser: (a) de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial (por atos que geram enriquecimento ilícito); (b) 2 vezes o valor do dano (por atos que causem prejuízo ao erário) e (c) cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente (atos que atentem contra os princípios da administração), além de potenciais penalidades criminais.

Os assessores jurídicos da controladora indireta Ecorodovias informam não ser possível estimar, nesta fase processual do inquérito, quais os possíveis desdobramentos para o Grupo em caso de procedência da investigação, vez que as penalidades acima descritas podem variar a depender das conclusões das investigações ora em curso.

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,  
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

**Rui Juarez Klein**

Diretor Presidente

**Luciano Louzane**

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores